

## **China pode estar usando Mercosul em triangulação**

*Marta Watanabe*

*Produtos vêm para o Brasil do Uruguai e do Paraguai*

O aumento das exportações do Uruguai e do Paraguai ao Brasil de produtos que estão submetidos à sobretaxa antidumping está chamando a atenção de alguns setores. Elevações consideradas repentinas estão sendo consideradas como indícios de uma nova triangulação usando os dois países na exportação de produtos chineses ao Brasil. Produtos como cobertores, tecidos de malha, pneus e partes de calçados estão entre os que despertam mais atenção.

A venda de cobertores do Uruguai ao Brasil no primeiro quadrimestre do ano chegou a US\$ 5,05 milhões. No mesmo período do ano passado, a compra de cobertores com origem no Uruguai não chegou a um sexto desse valor, atingindo apenas US\$ 817,5 mil. No acumulado de janeiro a abril de 2009 foram US\$ 314,7 mil em cobertores originados do Uruguai. Os cobertores de fibra sintética da China passaram a ser alvo de investigação antidumping desde maio de 2009 e em abril do ano passado entrou em vigor a sobretaxa antidumping de US\$ 5,22 por quilo do produto.

Outro caso que tem chamado a atenção é o dos tecidos de malha de viscose. No primeiro quadrimestre de 2009 não houve importação brasileira desses produtos vindos do Uruguai. De janeiro a abril do ano passado foram importados do país vizinho US\$ 649,5 mil. Neste ano, a importação passou para US\$ 1,08 milhão. O processo antidumping sobre tecidos chineses de malha de viscose foi aberto em junho de 2009. O direito antidumping passou a ser aplicado em abril do ano passado.

Do Paraguai houve aumento considerado repentino na importação de partes e componentes de calçados. No primeiro quadrimestre de 2009, o Brasil importou US\$ 1,8 milhão desses produtos do Paraguai. No mesmo período do ano passado essa importação aumentou para US\$ 5,1 milhões. De janeiro a abril deste ano a importação caiu um pouco, para US\$ 4 milhões.

Mesmo com a queda em 2011, o forte aumento de vendas ao Brasil deve ser alvo de pedido de investigação do setor. Heitor Klein, diretor-executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados), diz que a elevação nas importações do país vizinho já foi detectada. Para ele, o movimento está relacionado com a entrada em vigor da sobretaxa para alguns tipos de calçados fabricados na China. O processo antidumping para o produto foi aberto em dezembro de 2008 e a sobretaxa definitiva passou a ser aplicada em março do ano passado.

O setor, diz Klein, tem levantado informações sobre o uso da triangulação como forma de burlar a sobretaxa aplicada sobre os calçados chineses a o uso de países vizinhos ao Brasil também foi incluído. O setor pleiteia a aplicação de normas estabelecidas há pouco tempo pelo Brasil contra a triangulação. No caso do setor de calçados, diz, a triangulação parece estar sendo aplicada não somente nos produtos acabados como também em parte e componentes.

Para José Augusto de Castro, vice-presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), os dados podem indicar que a triangulação agora mudou. No início, lembra, houve indícios de triangulação utilizando-se países próximos à origem dos produtos submetidos ao antidumping. No caso da China, por exemplo, a origem muitas vezes se desloca para Malásia, Vietnã e Indonésia. "Os dados indicam que agora podem estar sendo usados países próximos ao importador. Ou seja, próximos ao Brasil, como Uruguai e Paraguai."

Castro lembra que quando o produto de determinada origem fica sujeito ao antidumping, é natural que haja crescimento de participação de mercado de outros produtores, já que a sobretaxa melhora as condições de competição para os demais fornecedores. "A ocupação de mercado, porém, não costuma acontecer de uma hora para outra."

Carol Monteiro de Carvalho, sócia da área de comércio exterior do escritório Bichara, Barata, Costa & Rocha Advogados, explica que todos os indícios devem ser investigados. "É preciso

verificar, por exemplo, se há indústria e capacidade de produção suficiente no país de origem para resultar em aumento de exportação em cada um dos casos." Chamam muito a atenção, porém, diz Carol, produtos que não constavam da pauta e que repentinamente passaram a ser exportados por determinados países. É o caso da malha de viscose vinda do Uruguai. No caso dos cobertores, ressalta, o ritmo do aumento desperta a atenção e torna-se um indício que precisa ser investigado.

Procurada, a Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit) disse, em nota, que a entidade tem acompanhado permanentemente as importações dos produtos do setor. Como resultado desse monitoramento, disse a associação, há a identificação de indícios de triangulação. Tais indícios têm sido apresentados ao governo para que a análise seja aprofundada e, uma vez comprovada a triangulação, há pedido para que sejam aplicadas as medidas devidas.

## Novas origens

Evolução de importação de produtos selecionados - em US\$ mil

Produto (código NCM)	Aplicação de medida antidumping*	Importações		
		Jan/abril 2009	Jan/abril 2010	Jan/abril 2011
Partes de calçados e componentes do Paraguai (64061000)	Março/2010**	1.774,6	5.087,6	4.010,5
Cobertores e mantas, de fibras sintéticas do Uruguai (63014000)	Abril/2010	314,7	817,5	5.045,4
Tecidos de malha, fibras artificiais do Uruguai (60064100 e 60064200)	Abril/2011	0	649,5	1.078,7
Pneus para ônibus e caminhões do Uruguai (401112090)	Junho/2009	131,3	217,0	679,1
Herbicida à base de glifosato do Uruguai (38089324)	Junho/2010	0	0	138,3

Fonte: Mdic. \*Contra a China; \*\*Sobretaxa foi aplicada para calçados esportivos

### Sai hoje plano que acaba com benefício tarifário na UE

Assis Moreira

A União Europeia anunciará hoje seu plano de eliminar preferência tarifária para o Brasil e outros emergentes a partir de 2014, pelo Sistema Geral de Preferências (SGP), o que tornará ainda mais necessário um acordo de livre comércio birregional Mercosul-UE.

Para se ter uma ideia do impacto, o SGP europeu tem beneficiado cerca de 12% das exportações do Brasil para o mercado europeu. Foram, em média, € 4 bilhões por ano vendidos com redução tarifária de 3 pontos percentuais, beneficiando produtos como máquinas e equipamentos, automóveis, produtos químicos, plásticos, têxteis, além de frutas, legumes e óleos.

Karel de Gucht, comissário europeu de Comércio, apresentará seu plano de cortar o benefício a 80 de 171 países que têm produtos entrando na UE com redução tarifária fornecida unilateralmente por Bruxelas.

Para a UE as economias do Brasil e outros já "emergiram", não necessitam mais da ajuda, e a retirada reflete a mudança no comércio mundial e ascensão do Brasil, Rússia, Índia e outros exportadores.

A redução tarifária pelo SGP deverá ser concentrada nos países mais pobres. Mas o plano terá dificuldades para passar no Parlamento, já que a Itália, por exemplo, não vê com bons olhos a concessão para os têxteis do Paquistão.

Até agora, a discussão entre os brasileiros era se a UE eliminaria ou apenas reduziria substancialmente a concessão tarifária ao país. Pelos detalhes até ontem divulgados, o projeto é o pior que se imaginava, tirando o Brasil inteiramente do jogo.

Com a Rodada Doha em estado de coma, paralisada por um bom tempo, os europeus, americanos e japoneses querem fazer concessões comerciais mais a nível bilateral.

Nesse cenário, para não perder a competitividade até agora dada pelo SGP, exportadores brasileiros poderiam ter interesse na conclusão do acordo de livre comércio Mercosul-UE. Com isso, a preferência tarifária poderia ser bem mais ampla, dependendo do produto.

Para o Brasil, o jeito será continuar tentando defender a margem de preferência na UE, mas sabendo que o panorama global mudou. Se mantido o ritmo atual, dentro de alguns anos o Brasil é que será conclamado a ter um SGP forte para países em necessidade.

Em todo caso, a fatia das exportações coberta pelo mecanismo vem caindo, de 14,5% do total em 2007 para 12,3% em 2009, comparado a 50% no caso da Índia. Isso por causa do próprio desconhecimento de exportadores em relação ao mecanismo.

### **Brasil insiste hoje em pôr câmbio na agenda da OMC**

A proposta que o Brasil apresentará hoje na Organização Mundial do Comércio (OMC), para os países discutirem a relação entre taxa de câmbio e o comércio internacional poderá sofrer fortes resistências e dificilmente terá avanços rápidos.

A delegação brasileira vai, com prudência, "testar o terreno". Os Estados Unidos, que sempre reclamaram do câmbio da moeda chinesa, nunca usaram a OMC para discutir o tema, por entender que não era ali que se resolveria a questão A China, um dos principais parceiros comerciais do Brasil, tampouco parece ver interesse na proposta.

Várias delegações disseram que o tema depende de seus ministérios de Finanças e por isso não têm como tomar posição. E tudo isso é apenas para discutir no Comitê de Finanças da OMC, não para tomar decisões, como por exemplo se determinada taxa de câmbio representa subsídio disfarçado às exportações.

O diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, em encontro recente com o ministro brasileiro da Fazenda, Guido Mantega, em Washington, foi cauteloso sobre o rumo da proposta feita pelo governo do Brasil. A verdade é que vários países o procuraram, indagando sobre como a entidade pode ser acionada para combater a influência de desvalorizações competitivas de moedas sobre o comércio. Lamy tem repetido que o melhor caminho não é a OMC, e sim um acordo multilateral, passando pelo G-20, atualmente o diretório econômico do planeta, e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

Ao mesmo tempo em que Lamy alerta que políticas cambiais focadas em ganhar vantagem comercial desleal podem causar sérios riscos para a estabilidade econômica, a Organização Mundial do Comércio se prepara silenciosamente para a hipótese de um conflito envolvendo a

taxa de câmbio. No caso da proposta feita pelo governo brasileiro, porém, o plano é de colocar o tema na entidade, bem longe de abrir disputa.

### **Participação de importados no consumo sobe a 21,6%**

*Luciana Seabra*

O Coeficiente de Importação (CI), índice que mostra a participação das importações no consumo aparente dos brasileiros, ficou em 21,6% no primeiro trimestre de 2011, diante de 19,9% no mesmo período do ano passado, segundo a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). O consumo aparente - tudo o que foi consumido internamente no país, incluindo os importados - cresceu 4%, verificados na comparação com o primeiro trimestre de 2010, sendo que 64,1% foram atendidos com importações.

O avanço dos produtos estrangeiros no setor de vestuário foi o destaque. Os importados abocanharam 74,3% do aumento do consumo adicional dos itens desse setor no trimestre, maior índice já verificado para a categoria, segundo a Fiesp. O coeficiente de importação passou de 8% nos primeiros meses de 2010 para 12,1% no mesmo período de 2011.

"O setor de vestuário está vivendo uma crise", afirmou o diretor de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Fiesp, Roberto Giannetti da Fonseca. Ele citou a China ao afirmar que "o custo da mão de obra está caro com relação a países emergentes, e a produção desloca-se para onde é mais barato".

A Fiesp considerou que a situação também é preocupante no setor de máquinas e equipamentos para fins industriais e comerciais, em que os importados ficaram com 82,4% do consumo aparente adicional. Aqui o coeficiente de importação passou de 43,1% para 49,2%, usando a mesma base de comparação.

### **País adere a acordo de testes químicos da OCDE**

O Brasil aderiu ontem a um acordo de segurança de testes químicos da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que poderá reduzir custos para governos e produtores e prevenir riscos de disputas comerciais. O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) enviou documento à OCDE aceitando a harmonização recíproca de padrões e dados dos testes sobre produtos químicos industriais e pesticidas.

Aceitando os padrões da OCDE, o teste feito no Brasil será reconhecido nos outros países do acordo, sem necessidade de ser refeita por nações importadoras. No momento, a abrangência da participação brasileira é limitada a testes de segurança não clínica e saúde ambiental e dados sobre os pesticidas, biocidas e produtos químicos industriais.

A OCDE estima que o acordo gera poupança de € 150 milhões para governos e produtores químicos anualmente nos países participantes, que são seus 34 membros, além do Brasil, Índia, África do Sul e Cingapura. A Argentina, Malásia e Tailândia têm adesão provisória.

Em comunicado, o secretário-geral da OCDE, Angel Gurría, disse que a confiança entre membros da OCDE e países parceiros sobre os testes de segurança dos químicos, para iniciativas regulatórias, elimina riscos de barreiras não tarifárias no setor. "O engajamento do Brasil é um indicador do mútuo benefício da relação cada vez mais próxima entre a OCDE e as grandes economias emergentes", disse. Para a OCDE, o programa visa coordenar e desenvolver no plano internacional as atividades de higiene e segurança ambiental, já que os produtos químicos ocupam espaço importante no cotidiano.

**Fonte: Valor Econômico, São Paulo, 10 maio 2011, Primeiro Caderno, p. A3.**